



FORÇA EÓLICA DO BRASIL 2 S.A.

CNPJ nº 12.523.923/0001-07 | Companhia Fechada | Companhia do Grupo Neoenergia S.A.

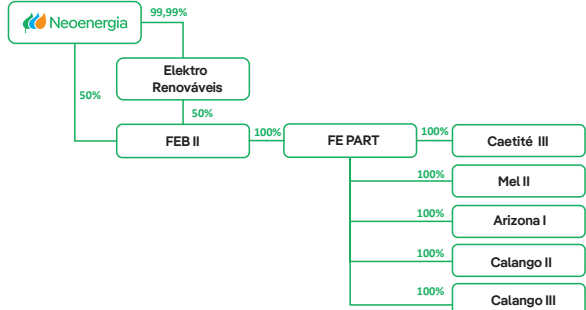
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados,
Ao apresentar os resultados de 2024, a Força Eólica do Brasil 2 S.A. reafirma seus princípios de sustentabilidade corporativa, sempre na busca do equilíbrio entre prosperidade econômica, responsabilidade ambiental e progresso social, com base em uma gestão eficiente, íntegra e ética. Vamos em busca de novas conquistas em 2025, com a certeza de contribuir para o desenvolvimento do Brasil.

1. FORÇA EÓLICA DO BRASIL 2

A Força Eólica do Brasil 2 S.A. (FEB 2) atua no segmento de geração de energia eólica, e é controladora direta da Força Eólica Participações S.A., uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) que controla os 5 Parques Eólicos: Calangano 2, Calangano 3, Caetité 3, Arizona 1 e Mel 2. Os 5 Parques Eólicos foram adquiridos no 2º Leilão de Fontes Alternativas promovido em 26 de agosto de 2010 pela Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel.



2. DESEMPENHO OPERACIONAL

Os Parques Eólicos controlados pela Força Eólica do Brasil 2 (FEB 2) possuem capacidade instalada de 136 MW, com um total de 59,6 MW médios comercializados. Esses parques, localizados na Região Nordeste, são compostos por Calangano 2, Calangano 3, Arizona 1 e Mel 2, no Rio Grande do Norte

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

Notas	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Receita operacional líquida	116.288	117.576	46	7
Custos dos serviços	(56.652)	(53.426)	(36)	(7)
Custos com energia elétrica	(11.467)	(9.927)	-	-
Custos de operação	(45.185)	(43.499)	(36)	(7)
Lucro bruto	59.636	64.150	10	-
Perda de crédito esperadas	4	(5)	-	-
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	(3.796)	(3.739)	(2.044)	(1.886)
Equivalência Patrimonial	-	-	50.514	48.562
Lucro operacional	55.844	60.406	48.467	46.676
Resultado financeiro	4.418	(536)	2.112	3.209
Receitas financeiras	2.121	20.525	2.255	3.209
Despesas financeiras	(17.052)	(20.953)	(299)	(197)
Outros resultados financeiros, líquidos	3.499	92	156	197
Lucro antes dos tributos	60.242	59.870	50.579	49.885
Tributos sobre o lucro	(9.748)	(9.862)	(65)	123
Corrente	(9.748)	(9.862)	(65)	123
Lucro líquido do exercício	50.514	50.008	50.514	50.008

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

Notas	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Lucro líquido do exercício	50.514	50.008	50.514	50.008
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido dos tributos	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	50.514	50.008	50.514	50.008

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Força Eólica do Brasil 2 S.A. ("FEB 2" ou "Companhia") atua no segmento de geração de energia eólica, e é controladora direta da Força Eólica Participações S.A., uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) que controla os 5 Parques Eólicos: Calangano 2, Calangano 3, Caetité 3, Arizona 1 e Mel 2. Os 5 Parques Eólicos foram adquiridos no 2º Leilão de Fontes Alternativas promovido em 26 de agosto de 2010 pela Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel. Em 11 de junho de 2014 foi aprovada a cisão parcial da Força Eólica do Brasil S.A., onde a FEB 2 recebeu o investimento na FE Participações S.A. Em 2011, os 5 Parques assinaram seus contratos comerciais de venda de energia por meio de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), com 14 Distribuidoras de Energia Elétrica. No ano de 2013, os Parques tiveram suas obras concluídas, e neste mesmo ano, os parques eólicos Arizona 1 e Mel 2 entraram em operação comercial. Em 2014, o parque Caetité 3 entrou em operação comercial, enquanto os parques Calangano 2 e Calangano 3 ficaram "Aptos a Operação Comercial", aguardando disponibilização da transmissão. No final do ano de 2015, a subestação Lagoa Nova II da CHESF teve suas obras encerradas e então, no dia 31 de dezembro de 2015 foi emitido o despacho ANEEL de operação em teste (nº 4.164) para as usinas de Calangano 2 e Calangano 3, condicionando a entrada em operação comercial destas em até 30 dias após a sua publicação. Em sequência, em 30 de janeiro de 2016, os parques Calangano 2 e Calangano 3, receberam os despachos de operação comercial. As informações sobre os empreendimentos da Companhia são os seguintes:

Parque Eólico	Localidade, estado	Data de Autorização	Data de Vencimento	Capacidade Instalada (MW)	Garantia Física (MW med)
Calangano 2	Lagoa Nova – RN	09/05/2011	09/05/2046	30,0	12,8
Calangano 3	Lagoa Nova – RN	30/05/2011	30/05/2046	20,0	8,8
Mel 2	Areia Branca – RN	28/02/2014	28/02/2046	20,0	8,8
Arizona 1	Rio do Fogo – RN	04/03/2011	04/03/2046	28,0	12,9
Caetité 3	Caetité – BA	24/02/2011	24/02/2046	30,0	11,2

A Companhia vem apresentando constantemente fluxos de caixa positivos gerados por suas atividades operacionais, entretanto em 31 de dezembro de 2024 apresentou capital circulante líquido ("CCL") consolidado negativo de R\$ 86,16l (R\$ 32,145 em 31 de dezembro de 2023). A Companhia prevê que continuará a gerar fluxos de caixa operacionais suficientes para equalizar o CCL consolidado negativo a médio prazo. Caso necessário, o acionista controlador se compromete a realizar aportes financeiros para que a Companhia cumpra com suas obrigações. **1.1 Gestão de riscos financeiros e operacionais:** As Políticas de Gestão de Riscos, aprovadas pelo Conselho de Administração da Neoenergia S.A., em abril de 2024, compostas pelas políticas de riscos corporativos e pelas políticas de riscos específicas para cada negócio, que estabelecem os princípios básicos e o marco geral de atuação para o controle e gerenciamento dos riscos aos quais está exposto o Grupo Neoenergia e que devem ser aplicados de acordo com o disposto no propósito e valores do Grupo Neoenergia. O processo de gestão de riscos adota como fonte as principais boas práticas de mercado e diretrizes do COSO ERM e ISO 31000, assim como as premissas regulatórias e de órgãos que abrangem o setor de energia elétrica, em consonância com as regulamentações emitidas pela ANEEL. A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado da Neoenergia S.A. é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Auditoria Interna e Gestão de Risco, Comitê de Auditoria, além das estruturas Governança e de Controles Internos. Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo de atual acionista controlador e sua política global de riscos. **1.1.1 Gestão de riscos financeiros e de mercado:** A Política de Riscos Financeiros se aplica a todos os negócios que integram o Grupo Neoenergia, dentro dos limites previstos aplicáveis às atividades que geram exposição a riscos financeiros, devendo ser reproduzida por suas controladas, observando seus respectivos estatutos sociais e a legislação aplicável. Estão incluídas diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial e de commodities, risco de taxas de juros e índices de preços, risco liquidez e risco solvência, assim como a utilização de instrumentos derivativos para fins proteção, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida. A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por órgão competente conforme política de limites e alçadas do Grupo Neoenergia e estatutos das controladas da Neoenergia S.A. As principais diretrizes em relação a estratégias de hedge, são: • Todo instrumento de dívida denominado ou indexado à moeda estrangeira deverá ter sua exposição cambial protegida (convertida para Reais) por meio de operações de hedge; • O risco de câmbio e de commodities deverá ser controlado e mitigado para todos os projetos de investimento, independentemente do valor; • Instrumentos não-divida com desembolos sujeitos a exposição cambial deverão ser avaliados e, se considerado necessário, deverão ser realizadas operações de hedge para mitigar o risco cambial; • Avaliar o risco das dívidas em moeda local, e se considerado necessário, contratar operações de hedge para mitigar o risco de taxa de juros, de acordo com o perfil de exposição das dívidas pré-fixadas e flutuantes e considerando tanto a indexação natural e índices de preços nas receitas e custos quanto à composição de índices de juros que remuneram carteira de aplicações; • A contratação de derivativos é dedicada única e exclusivamente para fins de hedge, assim como não é permitida a contratação de derivativos "exóticos" nem "alavancados". A estratégia da Companhia foi desenvolvida através da visão integrada dos riscos aos quais está exposta, considerando não apenas o risco de mercado, gerado pelas possíveis mudanças nos preços e cotações das variáveis ativas e passivas nas quais mantêm posições, e o risco de liquidez, mas também o risco de crédito, proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia, entre outros.

Riscos	Origem da exposição	Gestão
Risco de taxa de juros (incluindo índices inflacionários)	Empréstimos e financiamentos indexados a diferentes taxas de juros incluindo, mas não se limitando, a CDI.	Gestão de limite de exposição de ativos e passivos por componente de taxa de juros e índices inflacionários.
Risco de preços de produtos e insumos	Volatilidade dos preços de commodities metálicas e energia elétrica, e outros produtos.	Contratos de longo prazo com fixação de preços aderentes às projeções internas; ou operações a termo.
Risco de crédito	Recebíveis, garantias, adiantamentos a fornecedores e investimentos financeiros.	Diversificação da carteira e políticas para monitoramento de indicadores de solvência e liquidez das contrapartes.
Risco de liquidez	Obrigações contratuais ou assumidas.	Disponibilidade de linhas de crédito rotativo.
Risco de solvência	Passivos financeiros, obrigações contratuais ou assumidas.	Monitoramento dos covenants financeiros e da situação econômico-financeira da Companhia.

A Administração entende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado quanto a estrutura operacional e de controles internos da Companhia para garantir o cumprimento das diretrizes da Política de Riscos Financeiros e Política de Risco de Crédito. **(a) Gestão de risco de mercado:** (i) Risco de taxas de juros e índices de preços: Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas pela exposição à variação de taxas de juros e/ou índices de preços no mercado brasileiro quanto ao mercado externo (ex: CDI, TULP, TLP, SOFR, IPCA e IGP-M, dentre outros). O resultado desta exposição influencia o montante de encargos financeiros dívida e rendimentos das aplicações financeiras que impactam o resultado e o fluxo de caixa das operações. Por consequência, a Companhia busca manter o equilíbrio entre os ativos e passivos indexados a índices de preços de alta correlação, buscando mitigar eventuais riscos decorrentes da inflação. A Companhia monitora continuamente as taxas mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. (ii) Risco de preço

(RN), e Caetité 3, na Bahia (BA). Em 2011, os cinco parques assinaram contratos de comercialização de energia no Ambiente de Contratação Regulada (CCEAR) com 14 distribuidoras de energia elétrica. No ano de 2013, as obras dos parques foram concluídas, com Arizona 1 e Mel 2 entrando em operação comercial no mesmo ano. Em 2014, foi a vez do parque Caetité 3 iniciar suas operações comerciais, enquanto Calangano 2 e Calangano 3 aguardavam a disponibilização da transmissão, após serem considerados aptos para operação comercial. No final de 2015, com a conclusão das obras da subestação Lagoa Nova II da CHESF, a ANEEL emitiu o despacho nº 4.164, autorizando a operação em teste das usinas Calangano 1, Calangano 2, Calangano 3, Calangano 4 e Calangano 5, com a condição de entrarem em operação comercial em até 30 dias após a publicação do despacho. Em 30 de janeiro de 2016, esses parques receberam as autorizações para operação comercial.

3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Resultados Econômico-Financeiros R\$ mil ^(a)	2024	2023	Variação %
Receita Operacional Bruta	51	7	628,57
Receita Operacional Líquida	46	7	557,14
Margem Operacional Líquida	10	-	-
EBITDA	48.839	47.048	3,8
Resultado Financeiro	2.112	3.209	(34,19)
Lucro Líquido	50.514	50.008	1,01
Margem Operacional (%)	21,74%	-	21,74
Margem EBITDA (%)	106,171,74%	672,114,295%	(565,942,55)
Margem Líquida (%)	109,813,04%	714,400,00%	(604,586,96)

^(a) Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

Informações Patrimoniais R\$ mil ^(a)	dez/24	dez/23	Variação %
Ativo Total	403.136	370.837	8,71
Patrimônio Líquido	360.446	322.390	11,80

^(a) Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

Atendendo a Resolução CVM nº 156/22 demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma resolução.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais	50.514	50.008	50.514	50.008
Lucro líquido do exercício	50.514	50.008	50.514	50.008
Ajustado por:				
Depreciação e amortização	22.520	21.461	372	372
Baixa de ativos não circulantes	-	1.292	-	-
Equivalência Patrimonial	-	-	(50.501)	(48.562)
Tributos sobre o lucro	9.748	9.862	65	(123)
Resultado financeiro, líquido	(4.418)	536	(2.112)	(3.209)
Alterações no capital de giro:				
Contas a receber de clientes e outros	4.874	(5.520)	(51)	-
Fornecedores e contas a pagar	(1.760)	3.531	(2.785)	2.784
Outros tributos a recuperar (recolher) e encargos setoriais,	(4.654)	(3.817)	(1.263)	(593)
Outros ativos e passivos, líquidos	18.823	18.618	-	(47)
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	(4.544)	(21.574)	697	(2.729)
Caixa gerado (consumido) nas operações	81.104	73.397	(5.064)	(2.149)
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos	-	-	9.583	10.078
Encargos de dívidas pagas	(13.206)	(15.310)	-	-
Rendimento de aplicação financeira	21.046	20.326	2.373	3.374
Pagamento de juros – arrendamentos	(1.328)	(1.434)	-	-
Tributos sobre o lucro pagos	(7.702)	(7.573)	(33)	(266)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	79.914	69.406	6.859	11.037
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de imobilizado e intangível	(11.426)	(8.431)	-	-
Aplicação de títulos e valores mobiliários	(47.140)	(65.078)	-	-
Resgate de títulos e valores mobiliários	22.338	40.908	-	-
Caixa consumido nas atividades de investimentos	(36.228)	(32.601)	-	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Pagamento de principal dos empréstimos e financiamentos	(28.763)	(28.547)	-	-
Depósitos em garantias	80	619	-	-
Pagamento de principal – arrendamentos	(196)	(330)	-	-
Dividendos pagos	(14.656)	(10.003)	(14.656)	(10.003)
Caixa consumido nas atividades de financiamentos	(43.535)	(38.261)	(14.656)	(10.003)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no exercício	151	(1.456)	(7.797)	1.034
Caixa e equivalentes no início do exercício	52.269	53.725	23.788	22.754
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	52.420	52.269	15.991	23.788

Transações que não envolveram caixa:
Provisão para desmantelamento 532 5.813 - -
Provisão ambiental 93 408 - -
Fornecedores e contas a pagar (investimento) - 4.376 - -

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

Consolidado e controladora	Reservas de Lucros				Lucros acumulados	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Total
	Capital Social	Reserva legal	Reserva especial de dividendos não distribuídos	Reserva de retenção de lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2023	236.960	17.519	35.039	32.872	-	-	322.390
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	50.514	-	50.514
Destinação do lucro líquido:							
Constituição de reservas de lucros (nota 16.3)	-	2.526	-	-	(2.526)	-	-
Remuneração aos acionistas (nota 16.2)	-	-	-	-	(47.988)	35.531	(12.457)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	236.960	20.045	35.039	32.872	-	-	360.447
Saldos em 31 de dezembro de 2022	236.960	15.019	1.844	32.872	-	-	300.008
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	50.008	-	50.008
Aprovação de dividendos adicionais (nota 16.2)	-	-	-	(1.844)	-	(30.008)	(31.852)
Destinação do lucro líquido:							
Constituição de reservas de lucros (nota 16.3)	-	2.500	-	-	(37.539)	-	-
Remuneração aos acionistas (nota 16.2)	-	-	-	-	(12.462)	-	(12.462)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	236.960	17.519	35.039	32.872	-	-	322.390

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

de commodities: Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por elevação dos preços das commodities que são utilizadas pela Companhia em suas atividades operacionais. **Commodities metálicas:** variações nos preços de commodities metálicas podem impactar a rentabilidade dos projetos de investimentos, resultante no aumento de preço nos contratos dos fornecedores, implicando em maior necessidade de caixa para honrar os compromissos assumidos pela Companhia. **Commodities energéticas:** os preços das commodities energéticas são influenciados por fatores específicos dos negócios de geração de energia como demanda e oferta e recursos, além da entrada ou atraso de novos projetos na matriz energética. As variações nos preços de commodities energéticas podem causar perda potencial de margem e/ou valor. A gestão do risco de preço de energia é realizada na cobertura de posições compradas e vendidas em aberto e lastro da energia comercializada. **(b) Risco de liquidez:** O risco de liquidez é associado à possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, não concentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. A Companhia gerencia o risco de liquidez alocando o excedente de caixa em aplicações financeiras de liquidez diária e mantendo adequadas reservas de recursos. Adicionalmente, a Companhia acompanha mensalmente, por meio de índices de liquidez, a capacidade de geração de caixa da empresa para honrar com os compromissos assumidos principalmente, mas não se limitando, ao período de 12 (doze) meses. Em 31 de dezembro 2024, a Companhia mantém recursos aplicados em caixa e equivalentes de caixa e títulos de valores mobiliários, em montante adequado a cobertura dos seus ciclos operacionais e financeiros. Os fluxos das obrigações da Companhia, por faixa de vencimento, estão sendo apresentados em suas respectivas notas explicativas. Em destaque para as informações de empréstimos e financiamentos (veja nota 14). **(c) Risco de solvência:** O risco de solvência está vinculado à possibilidade de deterioração da situação econômico-financeira que resulte na piora da qualidade de crédito ou na quebra de covenants financeiros que possam gerar o vencimento antecipado das dívidas, gerando impacto na classificação de crédito (rating), no custo da dívida e na liquidez. **(d) Gestão de risco de crédito:** O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas de ativos financeiros ou econômicas devido ao não cumprimento de obrigações financeiras ou contratuais de terceiros, como inadimplência ou "não performance" de contrapartes. **(i) Risco de crédito de contrapartes comerciais:** O risco de a Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor elétrico, quando aplicável. Além disso, para as contrapartes de comercialização de energia, são adotados critérios específicos quanto à avaliação da sua capacidade de crédito e aprovação de limites. **(ii) Risco de crédito de instituições financeiras:** Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, a Companhia segue as disposições da sua Política



Para as emendas e normativos listados acima, a Companhia não identificou impactos significativos na aplicação inicial em suas demonstrações financeiras. **b) Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 01/01/2025:**

Norma	Descrição da alteração	Vigência
Resolução CVM nº 223/OCPC 10: Créditos de Carbono (CO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (C BIO).	O objetivo desta orientação contábil é estabelecer os requisitos para o reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono (CO2e), permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (C BIO) das entidades atuantes no mercado de capitais brasileiro. Conseqüentemente, visa reduzir a diversidade de práticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras.	01/01/2025, aplicação retrospectiva
IFRS 7 (CPC 40): Divulgação de instrumentos financeiros/	As emendas estabelecem requerimentos de divulgação relativos a: (i) investimentos em participação societária mensurados a valor justo através dos outros resultados abrangentes, e (ii) instrumentos financeiros com características contingentes que não se relacionam diretamente com riscos e custos básicos de empréstimo.	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 9 (CPC 48): Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	As emendas estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; e (ii) avaliar as características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança (ASG ou ESG).	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 18: Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras	A IFRS 18 introduz três categorias definidas para receitas e despesas – operacionais, de investimento e de financiamento – para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtópicos definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura melhorada e os novos subtópicos darão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho das companhias. A IFRS 18 também exige que as companhias divulguem explicações sobre as medidas específicas que estão relacionadas com a demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração. Os novos requisitos irão melhorar a disciplina e a transparência das medidas de desempenho definidas pela Administração e provavelmente torná-las sujeitas a auditoria. A IFRS 18 substituirá a IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras.	01/01/2027, aplicação retrospectiva
IFRS 19: Subsidiárias sem responsabilidade	IFRS 19 simplifica as exigências de divulgação de entidades que são subsidiárias sem responsabilidade pública, permitindo que estas utilizem as IFRS Accounting Standards para fins de reconhecimento e mensuração, mas com requisitos de divulgação reduzidos. Essa norma se aplica somente as entidades que: (i) sua controladora consolida as informações aplicando a IFRS 10 Consolidated Financial Statements e disponibiliza a demonstração financeira consolidada para o público geral, e (ii) a entidade não possui títulos e valores mobiliários sendo negociados em mercado, seja bolsa ou balcão.	01/01/2027

A Companhia espera impactos substanciais na elaboração da Demonstração de Resultado e da Demonstração dos Fluxos de Caixa, originados pela aplicação da IFRS 18. A Companhia está analisando os possíveis impactos referentes a este pronunciamento em suas demonstrações financeiras, e aguardará a orientação do CPC para a aplicação deste pronunciamento. Em relação aos demais normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Consolidado	2024	2023
Fornecimento de energia	130.722	129.710	140.8
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	1.408	1.477	203
Outras receitas	203	2.211	
Reculta operacional bruta	132.533	133.398	
(-) Deduções da receita bruta (nota 3.1)	(16.245)	(15.822)	
Reculta operacional líquida	116.288	117.576	

3.1 Deduções de receita bruta

	Consolidado	2024	2023
Tributos			
Imposto sobre circulação de Mercadorias - ICMS	(10.428)	(10.143)	
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(5.248)	(5.155)	
Total	(15.676)	(15.298)	

3.2 Política contábil e julgamento crítico: A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e podem ser mensuradas de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer as estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. A Companhia vende a energia produzida em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre (ACL), onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no Ambiente de Contratação Regulado (ACR), onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores. A reculta de operações de venda de energia na CCEE e transações no mercado de curto prazo estão reconhecidos pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que as transações ocorrem. O preço da energia nessas operações tem como característica o vínculo com Preço de Liquidação de Diferenças (PLD). b) Estimativas e julgamento crítico: Para a receita de venda de energia na CCEE, a Companhia utiliza-se da medição prévia da usina extraída do sistema de coleta de dados de energia da CCEE, prévia da perda interna com base no histórico e perda da rede básica, contratos de compra e venda definidos no curto prazo além daqueles vigentes à época, valor do PLD (realizado e previsto) divulgado pela CCEE.

4. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA

	Consolidado	2024	2023
Compra para revenda			
Energia adquirida no ambiente de contratação livre - ACL	(2.810)	(2.023)	
Energia curto prazo - PLD ⁽¹⁾	(240)	(105)	
Outros	(61)	(48)	
Total	(3.111)	(2.176)	

Encargos de uso dos sistemas de distribuição e transmissão

Encargos de rede básica	(5.617)	(5.086)
Encargos de conexão	(500)	(562)
Encargos de uso do sistema de distribuição	(2.239)	(2.103)
Total	(8.356)	(7.751)

Total dos custos com energia elétrica

	(11.467)	(9.927)
--	-----------------	----------------

(1) PLD – Preço de Liquidação de Diferenças.

5. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS

	Consolidado		2024		2023	
	Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	Total	Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	Total	Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	Total
Pessoal	(1.328)	(936)	(2.264)	(1.973)	(1.082)	(3.055)
Serviços de terceiros (nota 5.1)	(9.880)	(1.945)	(21.825)	(19.000)	(1.936)	(20.936)
Depreciação e amortização	(22.070)	(450)	(22.520)	(21.075)	(386)	(21.461)
Outras receitas e despesas, líquidas	(1.907)	(465)	(2.372)	(1.451)	(335)	(1.786)
Total	(45.185)	(3.796)	(48.981)	(43.499)	(3.739)	(47.238)

5.1 Serviços de terceiros

	Consolidado	2024	2023
Serviços técnicos e Manutenções	(16.749)	(16.162)	
Serviços jurídicos	(66)	(228)	
Consultoria e auditoria	(97)	(141)	
Comunicação	(72)	(193)	
Vigilância	(1.763)	(1.620)	
Outros serviços	(3.078)	(2.592)	
Total	(21.825)	(20.936)	

6. RESULTADO FINANCEIRO

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Receitas Financeiras				
Renda de aplicações financeiras	21.046	20.256	2.373	3.574
(-) Tributos sobre receita financeira	(303)	(307)	(118)	(163)
Atualização de depósitos judiciais	372	-	-	-
Outras receitas financeiras	6	306	-	(2)
Despesas Financeiras				
Encargos sobre instrumentos de dívida ⁽¹⁾	(14.435)	(7.127)	-	-
Outras despesas financeiras ⁽²⁾	(2.617)	(3.826)	(299)	(197)
Outros resultados financeiros, líquidos				
Outras variações monetárias, líquidas	349	92	156	197
Resultado financeiro líquido	349	92	156	197
(1) Inclui a parcela variável dos juros relacionada a indexadores de preço sobre dívida em moeda nacional (TJLP) e amortização de custos de captação; (2) Inclui IOF, atualização de desmantelamento e do passivo de arrendamento.				

7. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO

7.1 Tributos sobre o lucro: Os tributos sobre o lucro correntes são representados pelo Imposto de Renda ("IRPJ") e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ + 25% e CSLL - 9%), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do período.

7.1.1 Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado: A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

	Consolidado	Controladora	2024	2023
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	60.262	59.870	50.579	49.885
Tributos sobre o lucro às alíquotas de legislação - 34%	(20.489)	(20.555)	(17.197)	(16.961)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:				
Benefício tributário sobre os juros sobre o capital próprio	1.042	1.341	34	561
Resultado de participações societárias	-	-	17.170	16.511
Diferença de presunção de base do lucro presumido	9.707	9.106	-	-
Adições (reversões) de ativos fiscais não reconhecidos	(161)	(41)	(161)	(40)
Outras adições (reversões)	153	87	89	52
Tributos sobre o lucro	(9.748)	(9.862)	(65)	(123)
Alíquota efetiva	16,18%	16,47%	0,13%	0,25%
Corrente	(9.748)	(9.862)	(65)	123

7.1.2 Política contábil e julgamentos críticos: a) Política contábil: Os tributos sobre o lucro reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras e o seu reconhecimento é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, e nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

b) Estimativas e julgamentos críticos: É necessário julgamento para determinar as principais premissas utilizadas na mensuração dos tributos diferidos ativos, considerando as premissas e estimativas de fluxos de caixa projetados, o montante dos créditos tributários reconhecidos podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas de energia, preços de energia, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) premissas externas sobre o cenário macroeconômico, incluindo perspectivas de demanda comercial e o ambiente tributário. A Companhia também aplica julgamento contábil crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis à legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis.

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Caixa e depósitos bancários à vista	10.799	6.460	-	36
Fundos de Investimento	41.621	45.809	15.991	23.752
Total	52.420	52.269	15.991	23.788

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando menor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2024 e de 99,90% (100,49% em 31 de dezembro de 2023) do CDI. A carteira de aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, é constituída, principalmente por fundos de investimentos exclusivos do Grupo Neoenergia, compostos por diversos ativos, conforme abaixo:

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Carteira Fundos exclusivos				
Operações compromissadas	41.621	45.809	15.991	23.752
Total	41.621	45.809	15.991	23.752

Os fundos de investimentos exclusivos do Grupo representam apenas veículos de propósito específico controlados pela Neoenergia S.A. Os fundos estão sujeitos a obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuída à operação dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas, inexistindo obrigações financeiras relevantes ou demandas judiciais ou extrajudiciais, bem como ativos dos cotistas para garantir essas obrigações.

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	Consolidado			2024			2023		
	Perda de créditos esperadas	Contas a receber, líquidas	Recebeível	Perda de créditos esperadas	Contas a receber, líquidas	Recebeível	Perda de créditos esperadas	Contas a receber, líquidas	Recebeível
Fornecimento de energia	13.525	(9)	13.516	18.271	(13)	18.258			
Comercialização de energia na CCEE	340	-	340	523	-	523			
Outros recebeíveis	51	-	51	-	-	-			
Total	13.916	(9)	13.907	18.794	(13)	18.781			

O aging do contas a receber de fornecimento de energia elétrica está apresentada como segue:

	Consolidado		2024		2023	
	Recebeível	Perdas de créditos esperadas	Recebeível	Perdas de créditos esperadas	Recebeível	Perdas de créditos esperadas
A vencer	13.223	(9)	12.774	(10)		
Saldos vencidos:	202	-	5.497	(3)		
90 dias	-	-	5.497	(3)		
entre 91 e 180 dias	181	-	-	-		
entre 181 e 360 dias	21	-	-	-		
Total	13.525	(9)	18.271	(13)		

9.1 Variação das perdas de créditos esperadas – PCE

	Consolidado	2024	2023
Saldo inicial do exercício	(13)	(8)	
Efeito reconhecido no resultado do exercício	4	(5)	
Saldo final do exercício	(9)	(13)	

9.2 Política contábil e julgamentos críticos: a) Política contábil: O contas a receber são ativos financeiros mensurados ao custos amortizado (veja nota 18.) e são reconhecidos quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, deduzidas das perdas crédito esperadas. b) Estimativas e julgamento críticos: A Companhia mensura as perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões baseada na experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras. Os parques eólicos não possuem histórico de inadimplência e considerando as garantias oferecidas nos leilões e/ou contratos bilaterais, a exposição do risco de crédito é residual. Dada à essas características, o nível de constituição das perdas esperadas não é relevante para essa classe de recebeíveis. Além disso, a CCEE controla o montante de contas a receber e respectivas inadimplências do setor, diminuindo o risco de crédito nessas operações.

10. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A movimentação dos títulos e valores mobiliários é como segue:

	Consolidado		2024		2023	
	Saldo inicial	Aplicação	Resgate	Rendimentos	Saldo final	Saldo inicial
Saldo inicial do exercício	128.046	90.925	47.140	65.078	(22.338)	(40.908)
Aplicação	-	15.106	15.106	12.951	-	-
Resgate	-	-	-	-	-	-
Rendimentos	-	-	-	-	-	-
Saldo final	128.046	167.954	167.954	128.046		

Os títulos e valores mobiliários são compostos por aplicações em cotas de fundos de investimento, cujo montante total representa fundos de reserva que são exigidos pelo BNDES através dos contratos de financiamento, que se destinam ao pagamento de dividendos e de gastos de operação e manutenção (O&M). Os fundos de investimento possuem inúmeros títulos em suas carteiras, com vencimentos variados e adquiridos em conformidade com os respectivos regulamentos. Apresentam uma remuneração máxima equivalente a 98,86% em 31 de dezembro de 2024 (96,04% em 31 de dezembro de 2023) do CDI e liquidez diária.

11. INVESTIMENTOS

As variações dos investimentos em controladas são as seguintes:

	Controladora		2024		2023	
	Saldo inicial	Equivalência patrimonial no resultado	Dividendos e JCP declarados	Saldo final do exercício	Saldo inicial	Equivalência patrimonial no resultado
Saldo inicial do exercício	287.843	50.501	12.439	278.153	287.843	50.501
Dividendos e JCP declarados	-	-	-	-	-	-
Saldo final do exercício	287.843	50.501	12.439	278.153	287.843	50.501

Apresentamos a seguir a movimentação dos dividendos a receber:

	Controladora		2024		2023	
	Declarados ⁽¹⁾	Recebidos	Saldo inicial do exercício	Saldo final do exercício	Declarados ⁽¹⁾	Recebidos
Declarados ⁽¹⁾	11.994	38.528			9.583	10.078
Recebidos	(9.583)	(10.078)				
Saldo final do exercício	40.939	38.528				

(1) Dividendos e JCP líquidos do IRRF.

A seguir apresentamos informações sobre as controladas:

	Data-base	Ativo	Passivo	Lucro líquido do exercício				
Controladas								
FE PARTICIPAÇÕES	100%	2024	14.740	352.450	41.285	-	325.905	50.501
CALANGO 2	100%	2023	14.717	100.957	18.615	32.606	64.433	10.466
CALANGO 3	100%	2023	13.803	93.858	11.082	40.126	56.453	11.972
MEL 2	100%	2024	4.352	80.376	20.374	22.767	41.587	



ao Imobilizado, e o efeito do valor do dinheiro no tempo é reconhecido no resultado do exercício, como resultado financeiro. O prazo previsto para realização desta provisão é o término dos contratos de arrendamento do parque eólico. Os custos potenciais cobertos por seguros ou indenizações não são abatidos do montante provisionado. (iii) Provisão para ressarcimento: A provisão de ressarcimento é reconhecida em contrapartida o resultado do exercício, como receita líquida. b) Estimativas e julgamentos críticos: (i) Provisão para litígios e passivos contingentes: Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros. (ii) Provisão para desmantelamento: É necessário o julgamento para determinar as principais premissas utilizadas na mensuração das obrigações para desmantelamento dos parques eólicos Arizona 1, Caeté 3, Calango 2, Calango 3 e Mel 2, conforme estudo do mercado de energia eólica, levando em consideração a quantidade de MW total implantada no empreendimento, tais como, taxa de juros, custo de fechamento e a vida útil do ativo considerando o estágio atual de depreciação. Qualquer alteração nessas premissas pode afetar significativamente o valor do passivo reconhecido. Essa estimativa é reavaliada anualmente de acordo com os fluxos de caixa estimados, que levam em consideração o custo base de restauração e desmobilização das áreas exploradas. O valor da obrigação é descontado ao valor presente utilizando uma taxa nominal antes dos impostos que reflete a avaliação atual do mercado para o valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos do passivo e é liquidado pelo desembolso de caixa referente ao fechamento dos parques eólicos. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a taxa de desconto utilizada foi 11,87% e 10,55%, respectivamente. A inflação implícita foi equivalente a 3,50% ambos os exercícios. (iii) Provisão para ressarcimento: A provisão para ressarcimento é reconhecida em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as perdas prováveis pela energia contratual não entregue no exercício social corrente. Esta provisão é constituída considerando os valores estimados apurados pelos especialistas baseado nos relatórios emitidos pela CCEE e relatórios internos de geração de energia da Companhia. As provisões são temporariamente ajustadas de acordo com as novas estimativas apuradas. A realização ocorre no primeiro ano subsequente ao quadriênio, amortizado em 12 vezes conforme previsto nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR's) da Companhia.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

16.1 Capital social: O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2024 e 2023, é de R\$ 236.960, composta por 236.960.122 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e com valor nominal de R\$ 1,00 (um real), cuja composição por acionistas é a seguinte:

	Acionistas	
	ON	ON %
Neoenergia Renováveis S.A.	118.480.061	50%
Elektro Renováveis S.A.	118.480.061	50%
Total de ações	236.960.122	100%

16.2 Remuneração aos acionistas: O Estatuto Social da Companhia determina a remuneração mínima de 25% do lucro líquido, após os ajustes de acordo com as prescrições legais do Brasil. A remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio (JCP), baseado nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia. A proposta de remuneração aos acionistas da Companhia foi calculada da seguinte forma:

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	50.514	50.008
Reserva legal	(2.526)	(2.500)
Lucro líquido ajustado	47.988	47.508
Destinação para outras reservas de lucros	-	(35.039)
Lucro líquido a distribuir	47.988	12.469
Remuneração		
Mínima obrigatória	12.457	12.469
Dividendos adicionais propostos	35.531	-
	47.988	12.469
Natureza da remuneração		
Dividendos	44.924	8.524
JCP	3.064	3.945
	47.988	12.469

Em reuniões do Conselho de Administração foram aprovadas as seguintes declarações de dividendos:

Deliberação	Natureza da remuneração	Valor deliberado	Valor por ação
2024			
AGOE de 30 de abril de 2024	Dividendos mínimos obrigatórios 2023	8.524	0,0359723
RCA de 27 de junho de 2024	Juros sobre Capital Próprio 2024	1.100	0,0046421
RCA de 19 de dezembro de 2024	Juros sobre Capital Próprio 2024	1.964	0,0082883
		11.588	
2023			
AGOE de 28 de abril de 2023	Dividendos mínimos obrigatórios 2022	10.002	0,0422097
AGOE de 28 de abril de 2023	Dividendo adicional proposto 2022	30.008	0,1266374
AGOE de 28 de abril de 2023	Reserva especial de dividendos 2021	1.844	0,0077819
RCA de 20 de dezembro de 2023	Juros sobre Capital Próprio 2023	3.945	0,0166484
		45.799	

A movimentação dos saldos de dividendos a pagar é como segue:

	2024	2023
Saldos no início do exercício	43.730	10.002
Dividendos e juros sobre o capital próprio:		
Dividendos declarados	9.393	40.378
Juros sobre capital próprio declarados	3.064	3.945
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	(461)	(592)
Dividendos pagos no exercício	(10.368)	(10.003)
Juros sobre capital próprio pagos no exercício	(4.288)	-
Saldos no final do exercício	41.070	43.730

17.3 Principais transações com partes relacionadas

Item	Empresa relacionada	Tipo de transação	Índice de correção/remuneração contratual	Prazo	Vencimento	Ativo/(Passivo)	Resultado do exercício
a)	Neoenergia Pernambuco, Neoenergia Coelba	Contrato de comercialização de energia	IGPM	20 anos	2032	829	9.381
b)	NC Energia	Contrato de compra e venda de energia elétrica	IPCA	1 ano	2024	(74)	(96)
c)	Neoenergia, Elektro Renováveis	Dividendos a pagar	-	-	2025	(41.070)	-
d)	FE Participações S.A.	Dividendos a receber	-	-	2025	40.939	-

17.4 Remuneração da administração (Pessoal-chave): Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, não houve remuneração da administração da Companhia. Os honorários e benefícios dos diretores executivos são pagos e reconhecidos pela Neoenergia S.A.

18. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

18.1 Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros: A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	2024		2023	
	CA	VJR	CA	VJR
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	10.799	41.621	6.460	45.809
Títulos e valores mobiliários	-	167.954	-	128.046
Contas a receber de clientes e outros	13.916	-	18.794	-
	24.715	209.575	25.254	173.855
Passivos financeiros				
Fornecedores e contas a pagar	10.261	-	12.021	-
Empréstimos e financiamentos	139.217	-	166.671	-
Passivo de arrendamento	9.028	-	10.174	-
Outros passivos financeiros	957	-	726	-
	159.463	-	189.592	-

CA – Custo amortizado; VJR – Valor justo por meio do resultado.

16.3 Reservas de lucros: 16.3.1 Reserva legal: Constitui uma exigência legal para retenção de 5% do lucro líquido anual apurado até o limite de 20% do capital social. A reserva só pode ser utilizada para absorver prejuízos ou para aumento de capital. 16.3.2 Reserva especial de dividendos não distribuídos: Reserva destinada a registrar parcela de dividendos que deixaram de ser obrigatórios em função da incompatibilidade da distribuição com a situação financeira da Companhia, de acordo com o artigo 202 da Lei 6.606/1976. 16.3.3 Reserva de retenção de lucros: Possui como finalidade assegurar a manutenção e o desenvolvimento para as atividades principais que compõem o objeto social da Companhia, em montante não superior a 50% do lucro líquido anual distribuível até o limite máximo do capital social ou proposta de orçamento de capital da Companhia. 16.4 Política contábil: O capital social representa valores recebidos dos acionistas e, também, aqueles gerados pela Companhia que foram formalmente incorporados através de reservas de capital e reservas de lucros. O capital social está representado por ações ordinárias. As ações ordinárias são classificadas como instrumentos de patrimônio por não exporem a Companhia à obrigação de entregar caixa ou outros instrumentos financeiros e deixarem os detentores desses instrumentos (acionistas) expostos às variabilidades dos resultados e fluxos de caixa gerados pela Companhia. Os gastos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários. A remuneração aos acionistas é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social, somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovado pelos acionistas.

17. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Companhia são acionistas e suas empresas ligadas. As principais transações comerciais com partes relacionadas reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de compra e venda de energia elétrica; (ii) contratos de uso do sistema de distribuição de energia ou do sistema de transmissão; (iii) contratos de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura. As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras da Companhia são apresentados abaixo: 17.1 Saldo em aberto com partes relacionadas:

	Consolidado					
	2024			2023		
Subsidiárias da Neoenergia	Acionista	Total	Subsidiárias da Neoenergia	Acionista	Total	
Ativo						
Contas a receber e outros (a)/(b)	1.425	-	1.425	880	-	
	1.425	-	1.425	880	-	
Passivo						
Fornecedores e contas a pagar (b)	1.061	964	2.025	887	963	
Dividendos a pagar (c)	-	41.070	41.070	-	43.730	
Outros passivos	250	-	250	527	-	
	1.311	42.034	43.345	1.414	44.693	
Controladora						
2024			2023			
Subsidiárias da Neoenergia	Con-trolada	Acio-nista	Total	Con-trolada	Acio-nista	
Contas a receber e outros	51	-	51	-	-	
Dividendos a receber (d)	-	40.939	40.939	38.528	-	
	51	40.939	40.990	38.528	-	
Passivo						
Fornecedores e contas a pagar	-	-	964	-	963	
Dividendos a pagar (c)	-	-	41.070	-	43.730	
	-	-	42.034	42.034	44.693	

17.2 Transações com partes relacionadas

	Consolidado					
	2024			2023		
Subsidiárias da Neoenergia	Acionista	Total	Subsidiárias da Neoenergia	Acionista	Total	
Resultado do período						
Receita operacional líquida (a)/(b)	12.147	-	12.147	9.876	-	
Custos dos serviços (b)	(5.855)	-	(5.855)	(6.314)	-	
Despesas gerais e administrativas	(936)	(964)	(1.900)	(1.082)	(963)	
	5.356	(964)	4.392	2.480	(963)	
Controladora						
2024			2023			
Subsidiárias da Neoenergia	Acionista	Total	Subsidiárias da Neoenergia	Acionista	Total	
Receita operacional líquida	51	-	51	7	-	
Despesas gerais e administrativas	-	(964)	(964)	-	(963)	
	51	(964)	(913)	7	(963)	

18.2 Estimativa do valor justo: Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir: **Nível 1** – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; **Nível 2** – Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e **Nível 3** – Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido. A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 18.7, (análise de sensibilidade). 18.3 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo ("VJR"): O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo estão demonstrados como segue:

	Consolidado			
	2024		2023	
Nível 2	Total	Nível 2	Total	
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	41.621	41.621	45.809	45.809
Títulos e valores mobiliários	167.954	167.954	128.046	128.046
	209.575	209.575	173.855	173.855
Passivos financeiros				
Fornecedores e contas a pagar	10.261	-	12.021	-
Empréstimos e financiamentos	139.217	-	166.671	-
Passivo de arrendamento	9.028	-	10.174	-
Outros passivos financeiros	957	-	726	-
	159.463	-	189.592	-

18.4 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo custo amortizado ("CA"): Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, em virtude de longo prazo para realização, podem

possuir o valor justo diferente do saldo contábil. Abaixo demonstramos o valor justo dos ativos e passivos financeiros reconhecidos a custo amortizado.

	Consolidado			
	2024		2023	
Saldo contábil	Estimativa de valor justo - Nível 2	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - Nível 2	
Empréstimos e financiamentos	139.217	139.217	166.671	166.671

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores são iguais aos montantes mensurados ao custo amortizado (saldo contábil). 18.5 Política contábil: A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias: (i) Ativos financeiros: Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue: • Custo amortizado: ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais; e • Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos mensurados pelo CA estão suscetíveis ao reconhecimento das perdas de créditos esperados. De modo geral, as perdas de crédito esperadas dos instrumentos financeiros oriundos das operações da Companhia (ex: Contas a receber) são mensurados pelo método simplificado, a partir de uma matriz de provisão que a pondera as características dos instrumentos, idade do título, históricos de perdas e expectativa de perdas futuras. (ii) Passivo financeiro: Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação. 18.6 Métodos e técnicas de avaliação: (i) Empréstimos e financiamentos: O valor justo dos empréstimos e financiamentos classificados no nível 2 são baseados na abordagem de Receita ou na abordagem de Mercado. 18.7 Análise de sensibilidade: A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos financeiros e respectivas exposições objeto de proteção, em cenários probabilísticos dos principais fatores de risco de mercado aos quais estão expostos, considerando a volatilidade histórica observada e mantendo todas as demais variáveis constantes. A estimativa do valor potencial em risco considera o horizonte projetado para os próximos 68 dias úteis (ou 89 dias corridos) a partir de 31 de dezembro de 2024. - Cenário Provável: Foram projetados os fluxos de caixa futuros na data da análise, considerando os saldos e eventuais encargos e juros estimados, com base nas taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2024. - Cenário II: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 15% nas variáveis de risco associadas. - Cenário III: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 30% nas variáveis de risco associadas. A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no exercício	Exposição (Saldo/ Cenário Provável)			Impacto Cenário (II) / Cenário (III)		
				(II)	(III)	(II)	(III)		
ATIVOS FINANCEIROS									
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	12,15%	220.640	26.685	(4.003)	(8.004)		
PASSIVOS FINANCEIROS									
Empréstimos e financiamentos									
Dívida em TJLP	TJLP	Alta da TJLP	7,97%	(150.282)	(15.222)	(1.797)	(3.594)		

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		
	Xabier Viteri	Presidente
TITULARES		
Solange Maria Pinto Ribeiro	Laura Cristina da Fonseca Porto	Juliano Pansanato de Souza
DIRETORIA EXECUTIVA		
	Fabiano Uchoas Ribeiro	Diretor Presidente
Leandro Adzgauskas Montanher	Rodolfo Fernandes da Rocha	Mariana Felix Vasconcellos de Andrade
Diretor	Diretor	Diretor
CONTADORA		
	Rachel Alves Pascale	Diretora de Contabilidade
	CRC-RJ-Nº 115915/O-3	
	Luciana Maximino Maia	

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Força Eólica do Brasil 2 S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 12.523.923/0001-07 ("Companhia"), tendo examinado as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2024, compreendendo o relatório da administração, o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, e complementadas por notas explicativas, bem como a proposta de destinação de lucro, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e pelo contador da Companhia e considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes Deloitte, aprovou os referidos documentos e propõe sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia. Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2025.

Xabier Viteri - Presidente do Conselho
Laura Cristina da Fonseca Porto - Conselheiro
Solange Maria Pinto Ribeiro - Conselheiro
Juliano Pansanato de Souza - Conselheiro

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Diretor Presidente e os demais Diretores da Companhia Força Eólica do Brasil 2 S.A., sociedade por ações, de capital fechado, com sede na Praia do Flamengo, 78, 1º andar, Flamengo, Rio de Janeiro-RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.523.923/0001-07, declaram que: (i) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda, relativamente às demonstrações financeiras da Força Eólica do Brasil 2 S.A. relativas ao exercício social findo em 31.12.2024; e (ii) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Força Eólica do Brasil 2 S.A. relativas ao exercício social findo em 31.12.2024. Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2025.

Fabiano Uchoas Ribeiro
Diretor Presidente
Leandro Adzgauskas Montanher
Rodolfo Fernandes da Rocha
Mariana Felix Vasconcellos de Andrade
Diretores

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da Força Eólica do Brasil 2 S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Força Eólica do Brasil 2 S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Força Eólica do Brasil 2 S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as "IFRS Accounting Standards", emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB". **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão